

Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social

Sub-eixo: Questão Ambiental

QUESTÃO URBANA E VIOLAÇÃO DO DIREITO À MORADIA NA REGIÃO METROPOLITANA DE ARACAJU-SE

CARLA ALESSANDRA DA SILVA NUNES¹

HELLEN PEREIRA OLIVEIRA²

LEVY SANTOS NASCIMENTO³

MARIA ALICE DE JESUS MATOS⁴

MARIANA MORAES DO NASCIMENTO⁵

RESUMO:

O texto problematiza a violação do direito à moradia na Região Metropolitana de Aracaju, as desigualdades socioambientais e raciais que conformam a questão social e seus enfrentamentos. As reflexões se sustentam em pesquisas bibliográfica e documental, realizadas por meio de iniciação científica. Conclui que as lutas por moradia são fundamentais para enfrentar o avanço do capital sobre a cidade.

Palavras-chave: Questão social. Questão Urbana. Direito à moradia. Região Metropolitana de Aracaju

ABSTRACT:

The text problematizes the violation of the right to housing in the Metropolitan Region of Aracaju, the socio environmental and racial inequalities that shape the social issue and its confrontations. The reflections are based on bibliographical and documentary research, carried out through scientific initiation. It concludes that the struggles for housing are fundamental to confront the advance of capital over

¹ Universidade Federal de Sergipe

² Universidade Federal de Sergipe

³ Universidade Federal de Sergipe

⁴ Universidade Federal de Sergipe

⁵ Universidade Federal de Sergipe

the city.

Keywords: Social issue. Urban Question. Right to housing. Aracaju Metropolitan Region

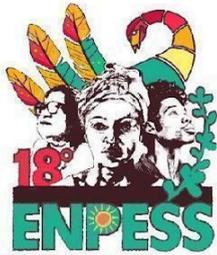
INTRODUÇÃO

A formação social brasileira, com o peso da herança da colonização, do escravismo e do latifúndio exportador, desenvolve um capitalismo de tipo dependente que vai determinar o precário acesso a direitos por parte da classe trabalhadora, no campo e na cidade. (Fernandes, 1996). Especificamente no caso da urbanização, baseada na migração de um excedente de trabalhadores sem propriedade dos meios de produção e disponíveis para a industrialização, o histórico é de precarização das condições de trabalho e de moradia. (Maricato, 2015). Na fase atual do capitalismo, a questão urbana toma proporções ainda maiores, posto que as cidades assumem um lugar fundamental para o capital enfrentar sua crise. (Harvey, 2014). É sobre os desdobramentos desse processo na Região Metropolitana de Aracaju (RMA), particularmente sobre o acesso à moradia adequada, que apresentamos esse texto.

A violação do direito à moradia é bastante reveladora da desumanização e insustentabilidade que resulta do avanço capitalista sobre as cidades, constituindo-se numa das expressões da “questão social”. As pesquisas revelam que a violação do direito à moradia atinge profundamente os segmentos mais pauperizados da classe trabalhadora, que são

marcados por sua condição étnico-racial e de gênero. Recai também sobre a classe trabalhadora o ônus dos impactos ambientais gerados pelo modo perdulário com que o capital se utiliza dos recursos naturais, privatiza áreas de natureza exuberante, polui, esgota, aterra, enquanto a pobreza desprovida de condições de habitabilidade adequada enfrenta o precário acesso a água potável e saneamento básico, desabrigamentos e mortes provocadas por desmoronamentos de encostas, alagamentos, inundações e demais efeitos da poluição e devastação ambientais. Condições que evidenciam o racismo ambiental. (Santos et al., 2022).

Com o objetivo de refletir sobre a violação do direito à moradia na Região Metropolitana de Aracaju (RMA), o texto expõe resultados de pesquisa de iniciação científica. Por meio da pesquisa bibliográfica e documental, recorrendo a indicadores estatísticos e fontes jornalísticas, os estudos apontam que na Região Metropolitana de Aracaju, não diferente dos demais centros urbanos do país, é a população negra que mais aparece nos dados de pobreza e das condições mais precárias de moradia, enfrentando nos espaços segregados a falta de habitação, de



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

serviços públicos, de infra-estrutura. Evidencia ao mesmo tempo, o crescimento das lutas, das disputas pela terra urbana, pela moradia, que mobilizam inúmeras famílias a ocuparem terrenos públicos, privados, imóveis vazios e enfrentarem a força coercitiva do Estado nas recorrentes reintegrações de posse.

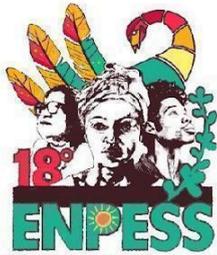
A exposição do texto contempla três seções, além dessa introdução. O item 1, “A cidade capitalista e a questão habitacional”, expõe a questão habitacional como expressão da “questão social”, que se aprofunda em meio à apropriação capitalista das cidades. O item 2, “A classe trabalhadora na RMA: condições de moradia, lutas e resistências”, apresenta um conjunto de dados quantitativos e qualitativos que evidencia as condições de vida e de moradia dos segmentos mais pauperizados da classe trabalhadora, majoritariamente composta por mulheres negras. Destaca também como as lutas pelo direito à moradia se avolumam e se espraiam por todos os municípios da RMA. Nas considerações finais

apontamos como a organização coletiva da classe trabalhadora pelo direito à moradia ao fazer o enfrentamento à propriedade privada do capital, potencializa a luta em defesa do direito à cidade, possível numa nova ordem social sem exploração/opressão de classe, raça e gênero.

1. A cidade capitalista e a questão habitacional

A “questão social” resulta das contradições concretas da relação entre capital e trabalho, cujo fundamento é a lei geral da acumulação capitalista. (Iamamoto, 2001). Numa formação social como a brasileira, com sua estrutura racista e patriarcal (Barroso, 2018), as relações de exploração capitalista, conformam uma “questão social” com traços particulares e profundos (Santos, 2012), como demonstram as múltiplas expressões de desigualdades sociais, étnico-raciais e de gênero. Trataremos aqui particularmente daquelas expressões que se manifestam no modo precário de habitar as cidades, condição histórica do surgimento e desenvolvimento da urbanização capitalista brasileira, como observa Gonçalves (2018, p.517) ao tratar do destino da população negra nas cidades, no pós-abolição da escravidão: “Egressos(as) das senzalas, foram encurralados(as) nas áreas mais precárias para fincar suas moradias, constituindo as primeiras aglomerações de favelas e compondo a grande franja de marginalizados(as) criada pelo modo de produção que surgia.”

As cidades brasileiras em sua gênese e até os dias atuais conservam a propriedade privada profundamente concentrada nas mãos de uma elite patrimonialista, assim como é o latifúndio no campo. Aponta Maricato (2015, p. 27) em seus estudos:



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

A terra urbana (assim como a terra rural) ocupa um lugar central nessa sociedade. O poder social, econômico e político sempre esteve associado à detenção de patrimônio, seja sob a forma de escravos (até 1850), seja sob forma de terras ou imóveis (1850 em diante). Essa marca -patrimonialismo- se refere também à privatização do aparelho de Estado, tratado como coisa pessoal. O patrimonialismo está ligado a desigualdade social histórica, notável e persistente, que marca cada poro da vida no Brasil. E essas características, por lado estão ligadas ao processo de exportação da riqueza excedente para os países centrais do capitalismo.

A “questão urbana” se manifesta como uma expressão da “questão social” na medida em que reflete como a propriedade privada da terra urbana, os interesses lucrativos do capital na produção e apropriação do espaço urbano, provocam condições sociais e ambientais desiguais entre as classes que vivem, trabalham, moram e transitam nas cidades.

É nas cidades que se dá a reprodução da força de trabalho, “que se amontoa” para atender as necessidades da produção capitalista, cuja riqueza, em forma de mercadorias, é privadamente apropriada. (Marx, 1996). Ainda no século XIX, Marx (1996, p.132-133) observou que o capital quando desapropriou o trabalhador da terra para “liberar” força de trabalho assalariada para as fábricas das cidades, alterou as condições de vida da classe

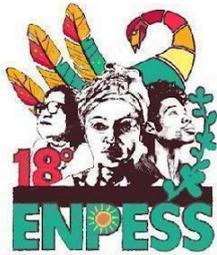
trabalhadora e a relação sociedade-natureza. O que se apresentava como tendências, permaneceu ao longo da história do capitalismo e desdobrou-se nas expressões da “questão urbana” e “questão ambiental” evidentes na contemporaneidade. As tendências desse processo foram assim captadas pelo autor:

Com a preponderância sempre crescente da população urbana que amontoa em grandes centros, a produção capitalista acumula, por um lado, a força motriz histórica da sociedade, mas perturba, por outro lado, o metabolismo entre homem e terra, isto é, o retorno dos componentes da terra consumidos pelo homem, sob forma de

alimentos e vestuário, à terra, portanto, a eterna condição natural de fertilidade permanente do solo. Com isso, ela destrói simultaneamente a saúde física dos trabalhadores urbanos e a vida espiritual dos trabalhadores rurais [...] E cada progresso da agricultura capitalista não é só um progresso na arte de saquear o trabalhador, mas ao mesmo tempo na arte de saquear o solo [...].

Uma das expressões da “questão urbana” que se faz evidente desde a formação das primeiras cidades no capitalismo é a problemática da habitação. Friedrich Engels, em “Sobre a questão da moradia”, (Engles, 2015, p.52) aponta sobre a discrepância do número de habitações vazias ser maior que o número de trabalhadores sem-teto desde 1872. A relação valor de uso e valor de troca desde a apropriação capitalista das cidades se apresenta de forma dialética e desequilibrada, pois o equilíbrio econômico entre procura e oferta, não se dá no capitalismo. Como se dá então a resolução da questão da moradia em Engels?

O modo como uma revolução social poderia solucionar essa questão não só depende



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

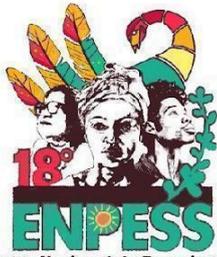
das circunstâncias do momento, mas também tem a ver com questões muito mais profundas, sendo uma das mais essenciais a supressão do antagonismo entre cidade e campo [...]. Uma coisa é certa, porém: já existem conjuntos habitacionais suficientes nas metrópoles para remediar de imediato, por meio de sua utilização racional, toda a real “escassez de moradia”. Naturalmente, isso só poderá ser feito mediante a expropriação dos atuais possuidores, ou então mediante a acomodação, nessas casas, de trabalhadores sem teto ou trabalhadores aglomerados nas moradias atuais; assim que o proletariado tiver conquistado o poder político, essa medida exigida pelo bem-estar público terá sua execução tão facilitada quanto outras expropriações e acomodações feitas pelo Estado atual.

A luta pelo acesso à moradia é, portanto, uma luta de classes, uma luta que requer a transformação de uma ordem que a tudo transforma em mercadoria e que nega às classes trabalhadoras um direito humano básico como morar em condições dignas de vida. Lutar por acesso à moradia é exigir o direito à cidade, o qual só se torna uma questão a ser discutida dentro da ordem burguesa, quando setores populares se mobilizam e agem na busca por soluções.

O direito à cidade pode ser visto, por vezes, como um direito humano abstrato e individualizado, mas na verdade, é um direito coletivo. Requisita um esforço da sociedade na construção de uma cidade inclusiva, com mobilidade urbana, moradia digna, trabalho, educação, saúde, lazer, sobretudo com a participação coletiva nas decisões sobre a produção e usufruto da cidade, o que só é possível pela transformação da estrutura social. Como diria Lefebvre (2021, p.139):

Mudariam a realidade se entrassem para a prática social: direito ao trabalho, à instrução, à educação, à saúde, à habitação, aos lazeres, à vida. Entre esses direitos em formação figura o *direito à cidade* (não à cidade arcaica mas à vida urbana, à centralidade renovada, aos locais de encontro e de trocas, aos ritmos de vida e empregos do tempo que permitem o *uso* pleno e inteiro desses momentos e locais etc.). A proclamação e a realização da vida urbana como reino do uso (da troca e do encontro separados do valor de troca) exigem o domínio do econômico (do valor de troca, do mercado e da mercadoria) e por conseguinte se inscrevem nas perspectivas da revolução sob a hegemonia da classe operária.

Um reflexo histórico de luta relacionado a esse direito no Brasil se deu nas jornadas de junho em 2013, na cidade de São Paulo, e em várias outras capitais do país, através da mobilização social e da luta sociopolítica de movimentos urbanos, como o MPL (Movimento Passe Livre), os movimentos dos sem-teto e os movimentos estudantis. Esses se articularam contra a privação do direito de ir e vir na cidade, da periferia ao centro, da moradia ao trabalho, do trabalho ao lazer, devido ao aumento das tarifas do sistema de transporte. A partir das jornadas de luta de junho de 2013, o direito à cidade no Brasil passa a ter uma maior visibilidade. Em Sergipe não é muito diferente, conforme veremos no próximo item que trata sobre as lutas por moradia e ocupações em toda a Região Metropolitana de Aracaju.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

As lutas pelo direito à cidade se fortalecem na resistência ao modo como o capital controla e submete as cidades aos seus interesses. Não resta dúvidas de que no quadro atual do capitalismo contemporâneo, o capital em crise aprofunda a “questão urbana” (Harvey, 2014; Maricato, 2015; Rolnik, 2015), seja porque precisa recorrer cada vez mais a velhos e novos mecanismos para garantir maior exploração do trabalho; seja porque o excedente de riqueza encontra na cidade formas de se valorizar e de torná-la um negócio; seja porque sua imperiosa necessidade de expansão, produção de mercadorias e realização de mais-valia resultou numa relação destrutiva com a natureza, o que coloca em evidência a questão das condições físicas da reprodução humana.

No contexto de reestruturação produtiva, financeirização e ideologia neoliberal, a problemática do acesso à moradia se revela como um dos maiores desafios para a classe trabalhadora. A “guerra dos lugares” sobre a qual nos fala Rolnik (2015) revela o quanto a financeirização do capital tem avançado sobre a terra urbana e a habitação. Particularmente no Brasil, esse movimento se desdobra na exponenciação da “questão social”. Entendemos que a violação ao direito à moradia no Brasil é bastante reveladora da desumanização e insustentabilidade do avanço capitalista sobre as cidades e a segregação socioespacial é uma resultante desse processo:

[...] a realização da propriedade privada significa a divisão e parcelarização da cidade e com isso a desigualdade do processo de produção do espaço urbano que se percebe de forma clara e inequívoca no plano da vida cotidiana, inicialmente no ato de morar, que coloca o habitante em confronto com a existência real da propriedade privada do solo urbano. Do primeiro acesso à moradia, redefinem-se outros, por exemplo, o acesso a bens e serviços urbanos e à centralidade. Assim, a segregação vivida na dimensão do cotidiano (em que se manifesta concretamente a concentração da riqueza, da propriedade e do poder que daí decorre) apresenta-se, inicialmente, como diferença, tanto nas formas de acesso à moradia (como a expressão mais evidente da mercantilização do espaço urbano), quanto em relação ao transporte urbano como limitação de acesso às atividades urbanas (como expressão da separação do cidadão da centralidade), bem como pela deterioração/cercamento/diminuição dos espaços públicos (como expressão do estreitamento da esfera pública). Essa diferenciação ganha realidade como separação/apartamento, condicionando as relações sociais, assim como o modo como cada cidadão se apropria do espaço. Essa diferença revela-se numa apropriação privada determinada pela distribuição da riqueza, portanto na posse da riqueza gerada sob sua forma privada envolvendo, diferencialmente, toda a sociedade. (Carlos, 2020, p.415).

Segregada nos espaços precários da cidade, a classe trabalhadora brasileira passa a enfrentar além do já histórico problema de acesso à moradia, os custos socioambientais da destruição da natureza:

[...] a natureza apresenta evidências de um processo em curso de larga e profunda destruição manifesta pela extração de recursos cada vez mais escassos, em particular aqueles não-renováveis e pela geração de detritos num ritmo incompatível com sua

dinâmica de reposição ou absorção, configurando o que se convencionou chamar de “questão ambiental”, “crise ecológica” ou “crise ambiental” [...]. (Nunes, 2022, p.24-25).

A desigualdade social, racial e de gênero no acesso a recursos urbanos, sociais e ambientais distribui também desigualmente os ônus e os bônus da apropriação privada da cidade e do meio ambiente e é uma condição determinante dos conflitos ambientais urbanos. Revela como as “vulnerabilidades” ambientais são produzidas socialmente e cada vez mais distantes de determinações exclusivamente naturais. (Nunes, 2022).

São os segmentos pauperizados da classe trabalhadora, principalmente a população negra, que é segregada no espaço urbano, em áreas precarizadas, zonas de risco e de proteção ambientais, às margens de rios, lagoas e mangues, encostas de morros, nas favelas e ocupações. Recai sobre a população preta e segregada nesses espaços os maiores danos da destrutividade ambiental, conformando o que Santos et all (2022, p.164) entendem como racismo ambiental:

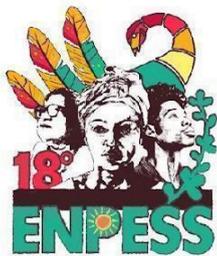
É na conjugação entre desigualdades sociais e raciais que situamos o debate sobre o chamado “racismo ambiental”. Em nossa perspectiva, o mesmo se beneficia de um lado, do reconhecimento da “questão ambiental” e suas expressões como parte da crise do capital e, de outro, do reconhecimento das dimensões raciais inerentes às análises sobre a “questão social” no Brasil que têm ampliado seu potencial explicativo sem abrir mão do fundamento calcado na perspectiva teórica marxiana e marxista— que põe a exploração do trabalho no centro dessa conceituação[...]

As desiguais condições de acesso à moradia ensejam as lutas dos movimentos sociais, as ocupações em espaços públicos ou privados, desafiando o Estado a cumprir a função social da propriedade. Daí destacarmos a importância dos movimentos que se organizam em defesa do acesso à terra urbana e à moradia, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) e o Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por

Direitos (MTD) que representam um símbolo de resistência contra as violações de direitos sociais. Para melhor entender como esse processo ocorre na RMA, dedicaremos o próximo item para exposição do resultado das nossas pesquisas sobre o perfil da população que vive em condições socioambientais precárias de moradia e as manifestações coletivas que confrontam essa realidade.

2. A classe trabalhadora na RMA: condições de moradia, lutas e resistências

A Região Metropolitana de Aracaju (RMA), é constituída por quatro municípios do Estado de Sergipe, sendo eles a capital Aracaju, Barra dos Coqueiros, Nossa Senhora do Socorro e São



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Cristóvão, localizados na região leste do Estado. É sobre as lutas pelo direito à moradia adequada no chão destas cidades que as reflexões do item se debruçam.

É na RMA que está quase metade da população sergipana (42,18%) e o maior quantitativo de domicílios urbanos (41% dos domicílios de Sergipe). Segundo o IBGE (2022), a Região

Metropolitana de Aracaju, concentra 932.210 pessoas, sendo aproximadamente 602 mil na capital sergipana, Aracaju, 192 mil em Nossa Senhora do Socorro, 95 mil em São Cristóvão e 41 mil no município da Barra dos Coqueiros. Em 2019, a PNAD-C (IBGE, 2020) indicava que Aracaju ficou entre as três capitais do Nordeste de maior desigualdade de renda, alcançando um índice de Gini de 0,581 em 2019. Mas a realidade não foi diferente do que se apresentou em Sergipe, que revelou ter a maior concentração de renda do país, de modo que os 10% da população concentrava 47,3% dos rendimentos. O índice de Gini foi de 0,580, indicador maior que a média do país e do Nordeste.(IBGE, 2020).

Quando se observa os marcadores de cor e raça, os dados do IBGE(2022), revelam que a configuração populacional da RMA é composta por maioria negra, mais de 70% da população. São 676.567 pessoas entre pretas e pardas, que assim como em outros pólos urbanos, enfrentam desigualdades sociais e étnico-raciais postas pelo sistema capitalista. Ressaltamos ainda que três municípios da RMA estão entre os que apresentam maior população feminina do Estado: Aracaju, Barra dos Coqueiros e Nossa Senhora do Socorro. Em toda a RMA elas representam mais de 50% da população, totalizando 497.844 mulheres⁶. Temos então outro segmento sobre o qual incide históricas desigualdades que adensam de determinações de classe, raça e gênero as expressões da “questão social” no Brasil, em Sergipe e na RMA.

Os dados são reveladores de que a pobreza na RMA tem cor/raça e gênero e são estes segmentos que enfrentam o ônus da “questão ambiental” e da “questão urbana”. Segundo Brasil (2024), a partir da ferramenta “VIS DATA” com referência do mês de junho de 2024, de um total de 242.400 pessoas inscritas no Cadastro Único, em Aracaju, 208 mil são pardas/ pretas/ indígenas (PPI). Em São Cristóvão, a população PPI no Cadastro Único é de 46 mil de um total de 51.703 pessoas inscritas. Na Barra dos Coqueiros, das 20.831 inscritas, 18 mil são PPI. Nossa Senhora do Socorro tem como PPI um total de 114 mil pessoas, de um total de 128.678 inscritos. Logo, são aproximadamente 446 mil pessoas inscritas no cadastro único na Região Metropolitana de Aracaju, sendo 388 mil PPI (87% das inscrições). Desse total de 446 mil pessoas inscritas no Cadastro Único, aproximadamente 266 mil são do sexo feminino (59%) e 180

⁶ G1 Sergipe. Censo 2022. Mulheres são maioria da população de Sergipe
<https://g1.globo.com/se/sergipe/noticia/2023/10/27/censo-2022-mulheres-sao-maioria-da-populacao-de-sergipe-veja-indice-por-cidade.ghtml>.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

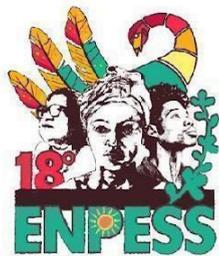
mil masculino (41%).

A partir dos dados citados, percebe-se que a população predominantemente vulnerável na RMA, é de pessoas negras, pardas e indígenas e mulheres, cujas condições de renda e trabalho impedem o acesso à moradia por meio do mercado formal. De acordo com os dados do Observatório de Sergipe (Sergipe, 2022) foi possível constatar que na Região Metropolitana de Aracaju, o total de domicílios em 2016 era 324.101 e o déficit habitacional alcançou 9,6%. Já no ano de 2019 houve um aumento para 336.374 domicílios e o déficit chegou a 10,8%. Ao observar os componentes do déficit no que se refere aos domicílios rústicos⁷, a RMA apresentou em 2016 um total de 821, aumentando para 2.110 em 2019. Considerando os domicílios improvisados³, os números aumentaram de 844 em 2016 para 2.062 em 2019. (Sergipe, 2022).

É neste cenário de violações de direitos na RMA que a luta pelo direito à moradia se expressa, tendo no horizonte a possibilidade de que a cidade seja obra coletiva de homens e mulheres, trabalhadoras e trabalhadores, negras e negros. Enquanto o capital captura o Estado para produzir a mercantilização da terra, da casa, do espaço urbano e dos seus serviços, os segmentos pauperizados e racializados da classe trabalhadora são submetidos à segregação socioespacial e à precarização das políticas públicas. O dossiê sobre o desmonte da política urbana no Brasil, elaborado pelo Fórum Nacional de Reforma Urbana, denuncia os impactos dos cortes orçamentários para as políticas de habitação e saneamento básico a partir da Emenda Constitucional 95/2016. (Santos Júnior; Diniz; Saule Júnior, 2020). Ora, segregada nos assentamentos precários, favelas e ocupações, sem saneamento básico, coleta de lixo, rede de esgoto, energia elétrica e água potável, submetida aos riscos de deslizamentos, desmoronamentos, alagamentos, a população negra da RMA vivencia o racismo ambiental.

Se a maior parte da classe trabalhadora, composta por pessoas negras, enfrenta privações de renda, de alimentos, está em condições de trabalho precário ou de desemprego, tem acesso precário à educação e sua moradia é irregular ou em áreas de ambiente muito frágil, temos uma confluência de situações sociais e ambientais que vão desenhar um quadro profundo de desigualdades e conseqüentemente, de vulnerabilidades, que são deflagradores de lutas sociais socioambientais.

⁷ Domicílios rústicos são "locais construídos sem fins residenciais que servem como moradia. Exemplos: prédios em construção, viadutos, vagões de trem, carroças, tendas, barracas, grutas, etc. [...]". (Sergipe, 2022, p.8) ³ Domicílios improvisados são "aqueles sem parede de alvenaria ou madeira aparelhada, o que resulta em desconforto e risco de contaminação por doenças em decorrência de insalubridade. Exemplos: taipas sem revestimento e madeira aproveitada". (Sergipe, 2022, p.8).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Não sem razão, a partir de 2013, as lutas por moradia na RMA se avolumam e os movimentos sociais urbanos passam a ter mais visibilidade, com ocupações de imóveis públicos e privados. Como resposta têm enfrentado a violência do Estado em recorrentes processos de reintegração de posse. Para melhor visualizar o conjunto dessas manifestações organizamos, em três quadros demonstrativos, as ocupações, lutas, conflitos por moradia na RMA entre os anos 2000 a 2024. Em que pese a inexistência, nas fontes pesquisadas, de informações sobre perfil étnico-racial e de gênero das famílias nas ocupações, entendemos que os dados, até aqui expostos, sobre a relação entre pobreza, gênero, cor/raça nos municípios estudados, nos permitem inferir que tais famílias são formadas por pessoas negras e pobres. O quadro 1 apresenta as ocupações no município de Aracaju:

Quadro 01- Distribuição de Ocupações organizadas por movimentos de luta por moradia em Aracaju

Nome Da Ocupação	Número de Famílias	Ano	Movimento Social	Bairros	Descrição do Conflito
Ocupação do Clube dos Servidores da Companhia Estadual de Abastecimento Telefônico do Estado Sergipe (Ceates): Telergipe	50	07/20	TU MO	Zona de Expansão	Reintegração de posse.
Ocupação do Clube dos Servidores do Município De Aracaju (Csm): Ocupação Ana Patrícia.	60	07/20	TU MO	Zona de Expansão	Reintegração de posse e realocação das famílias para um terreno na Zona de Expansão.
Ocupação 1º de Maio -Hotel Brisamar	60	08/20	TU MO	Atalaia	Reintegração de posse e realocação das famílias para um galpão.
Ocupação Almir Bezerra de Araújo	52	10/20	TU MO	Atalaia	Reintegração de posse e realocação das famílias para um galpão.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

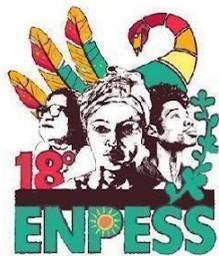
Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Ocupação do Kartódromo	N 18 id entificado	20 08	TU	MO	San tos Du mont	Reinte gração de posse e realocação das famílias para um galpão.
Ocupação Do MTST “Beatriz Nascimento”	1. 300	20 18	ST	MT	Jap ãozinho	Conq uista da posse do terreno, sem a construção das moradias.
Ocupação “Marielle e Anderson Vivem”	7 27	20 18	ST	MT	Co roa do Meio	Reinte gração de posse.
Ocupação “Marielle E Anderson Vivem”	3 00	20 18	ST	MT	Zo na de Expansão	Reinte gração de posse e realocação das famílias para galpões.
Ocupação das Mangabeiras	1. 000	20 14-2020	TU	MO	17 de Março	Reinte gração de posse e cadastro para aluguel social e programa de moradia.
Ocupação João Mulungu	7 3	20 20-2021	B	ML	Ce ntro	Reinte gração de posse do Edifício Danus a.

Fonte: (Nascimento, 2021).

Foram identificadas dez ocupações mobilizadas pelo Movimento de Trabalhadores Urbanos (MOTU), Movimento dos trabalhadores Sem Teto (MTST) e Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) e, em somente uma delas, não houve reintegração de posse. Apesar da conquista do terreno pelo MTST, os ocupantes não tiveram a construção das casas.

O quadro 2, demonstra as ocupações no município de Nossa Senhora do Socorro. Foram



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

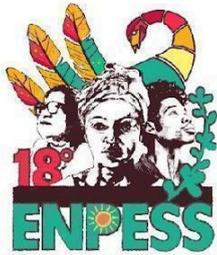
10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

identificadas seis ocupações, a grande maioria a partir de 2018, mobilizadas de forma espontânea. Somente em duas delas, as que reúnem o maior número de famílias, nota-se a referência aos movimentos MTST e Central Sindical e Popular (CSP Conlutas).

Quadro 2: Distribuição de ocupações organizadas por movimentos de luta por moradia em Nossa Senhora do Socorro

Nome da ocupação	no	Movimento Social e/ou nº de famílias mobilizadas	Ações/Enfrentamentos
Ocupação em área pertencente ao governo do Estado, especificamente à Companhia Estadual de Habitação e Obras Públicas (Cehop), localizada no Bairro São Carlos, na BR- 235 O nome da ocupação não foi identificado.	013	220 famílias; Movimento dos Trabalhadores Sem Teto de Sergipe (MTST).	Reintegração de posse e houve resistência
Ocupação das casas no Loteamento Itacanema, conjunto habitacional construído pela Prefeitura Municipal. O nome da ocupação não foi identificado.	013 2018	80 famílias.	Reintegrações de posse; a primeira, após 6 meses de ocupação; e a segunda em 2018. Houve resistência
Ocupação de terreno privado. Assentamento Portal dos Ventos, na Av. Das Indústrias.	017	120 famílias.	Reintegração de posse; Não houve resistência.
Ocupação em área privada pertencente ao CELSE – Centrais Elétricas de Sergipe. Loteamento Santa Inês	018	Sem informações sobre o nº de famílias.	Reintegração de posse . Houve resistências.
Ocupação em terreno privado –Loteamento Santa Cecília, conhecido como Invasão Zumbi dos Palmares.	018	25 famílias.	Reintegração de posse com resistências



Encontro Nacional de Pesquisadoras e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Ocupação de terreno privado no Acampamento da Fazenda Merém. O nome da ocupação não foi identificado	018	1000 famílias Central Sindical e Popular Conlutas (CSP Conlutas).	Protestos; No primeiro (2018), os ocupantes cobraram respostas do poder público para questões relativas ao cadastramento das famílias e doação de terreno junto com os representantes do INCRA. No segundo (2019), as famílias junto com o movimento, ocuparam o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra/SE) e exigiram que a fazenda seja destinada para a Reforma Agrária.
	019		

Fonte: G1 Sergipe (2013 e 2018), Infonet (2017, 2019 e 2020) e A8SE (2018). Elaboração própriaA

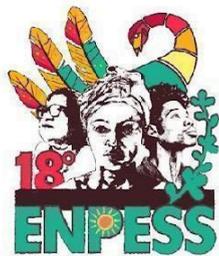
resistência aos processos de reintegração de posse é registrada na maioria dessas

ocupações. Na primeira notícia apresentada no quadro, no ano de 2013, 220 famílias mobilizadas pelo MTST não recuaram diante da reintegração de posse e resistiram, até que fosse firmado um acordo, assegurando um terreno próprio para as mesmas.

O quadro 3 demonstra as ocupações e lutas ocorridas nos municípios de Barra dos Coqueiros e São Cristóvão, totalizando seis ocupações, sendo duas em Barra dos Coqueiros e quatro em São Cristóvão.

Quadro 03- Distribuição de Ocupações organizadas por movimentos de luta por moradia em Barra dos Coqueiros e São Cristóvão

Nome do município	Nome da ocupação	no A	Movimento Social e/ou nº de famílias mobilizadas	Ações/Enfrentamentos



Encontro Nacional de Pesquisadoras e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Barra dos Coqueiros	Ocupação de área de Preservação Permanente (APP) no Loteamento Costa Azul. O nome da ocupação não foi identificado	017 018	2 2	100 famílias: Movimento Frente Nacional de Luta (FNL)	Houve duas reintegrações de posse: a primeira (2017) e a segunda em 2018. Não houve resistência.
	Localização na rodovia SE-100 que liga o município de Barra dos Coqueiros e Pirambu. O nome da ocupação não foi identificado.	017	2	1600 pessoas.	Reintegração de posse; Não houve resistência.
São Cristóvão	Ocupação Comunidade Cabrita, localizada em terreno de propriedade particular.	014 020	2 2	Mais de 220 famílias	O terreno é disputado por particulares, mas o MPF sustenta na ação que as terras são públicas e historicamente ocupadas pelos pequenos agricultores.
	Ocupação de propriedade particular no Conjunto Tijuquinha. O nome da	017	2	45 famílias.	Reintegração de posse. Não houve resistência por parte das famílias.



Encontro Nacional de Pesquisadoras e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

	ocupação não foi identificado			
	Ocupação desde 2014 em terreno público. Acampamento N ^a Senhora D'Ajuda.	020	2	Nº de famílias não foi identificado. Movimento Organizado dos Trabalhadores Urbanos (MOTU) Ação civil pública em favor do movimento social: foi expedido um mandado de reintegração de posse em favor do movimento social Motu, configurando uma excepcionalidade no Estado de Sergipe.
	Invasão Maria do Carmo	024	2	200 famílias. Manifestação; O protesto tem como objetivo cobrar a construção de casas populares. A situação de moradia é precária, os moradores convivem diariamente com cobras, escorpiões e até mesmo jacarés. Quando chove as condições pioram com risco das construções improvisadas desabarem.

Fonte: G1 Sergipe (2014 e 2020), F5news (2017), Infonet (2020) e FanF1 (2024). Elaboração própria.

As ocupações na Barra dos Coqueiros são mais recentes. A pesquisa localizou uma ocupação espontânea e outra mobilizada pelo Movimento Frente Nacional de Luta (FNL), ambas com reintegração de posse. Já em São Cristóvão foram encontrados registros de ocupações desde 2014. Uma delas mobilizada pelo MOTU e as demais de forma espontânea. Destaca-se a ocupação Acampamento Nossa Senhora Dajuda na qual registra-se a violência de fazendeiros com a construção de uma cerca que impedia o acesso das famílias à ocupação. Pessoas da fazenda entraram na área do acampamento, sem autorização judicial, e cercaram o tanque de água. Numa excepcionalidade, o MOTU ganhou a causa de reintegração de posse e ocupa o



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

terreno.

A análise de conjunto dos quadros apresentados revela o drama de inúmeras famílias que lutam para acessar o direito à moradia, enfrentando as forças do capital e do Estado, ocupando ali, reintegrando acolá, numa “guerra de lugares”, parafraseando Rolnik (2015), numa incessante e violenta apropriação privada da cidade e da moradia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

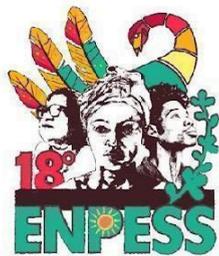
O trabalho apresentou uma análise sócio-histórica acerca da insustentabilidade do desenvolvimento urbano, sob controle do capital. A perspectiva foi demonstrar como a violação do direito à moradia é uma expressão da “questão social”, determinada pela apropriação privada da cidade, da terra urbana, da habitação. Do processo de urbanização capitalista, associado a uma política de Estado regressiva em direitos sociais, resulta o aprofundamento da segregação socioespacial dos segmentos pauperizados e racializados da classe trabalhadora.

Na Região Metropolitana de Aracaju (RMA), pela mediação da questão habitacional, foi possível constatar o quanto as condições de classe, raça e gênero determinam as precárias condições de vida e de moradia. Aos segmentos desprovidos da riqueza socialmente produzida, o capital e o Estado impõem a falta de moradia e de infra-estrutura e serviços públicos nos domicílios precários, rústicos, improvisados. Impõem desse modo, condições socioambientais que colocam em risco a população negra e pobre, segregada nestes assentamentos precários, configurando o racismo ambiental.

A pesquisa constata, por outro lado, o crescimento e o espraiamento por toda a RMA das lutas por moradia, dos conflitos ambientais urbanos que expõem as contradições da apropriação capitalista da cidade e da natureza e requisitam a unidade da luta de classes na direção das pautas já publicizadas pelos movimentos sociais da reforma urbana (Maricato, 2015), pelo direito à cidade numa nova ordem social sustentável social e ambientalmente. Tendo no horizonte o direito à cidade, as ocupações que desafiam a propriedade privada, fortalecem a luta anticapitalista, antiracista e antipatriarcal.

REFERÊNCIAS

BARROSO, Milena Fernandes. **O começo do fim do mundo**: violência estrutural contra mulheres no contexto da hidrelétrica de Belo Monte. 2018. 385p. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

de Janeiro, 2018.

BRASIL. Ministério da Cidadania. SAGICAD. Vis Data 3 beta.2024. **Pessoas inscritas no Cadastro Único** - renda, raça/cor, sexo, beneficiários do PBF e domicílio. Disponível em: <<https://aplicacoes.cidadania.gov.br/vis/data3/data-explorer.php>>. Acesso em: 23 de julho de 2024.

CARLOS, A. F. A. Segregação socioespacial e o “direito à cidade”. In: Geosp. **Espaço e Tempo** (On-line), v. 24, n. 3, p. 412-424, dez. 2020. ISSN 2179-0892. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/177180>. doi: <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geosp.2020.177180>.

ENGELS, Friedrich. **Sobre a questão da moradia**. Tradução de Nélio Schneider. 1. ed. São Paulo : Boitempo, 2015.

FANF1. Moradores da invasão Maria do Carmo protestam por construção de casas populares em São Cristóvão. **FANF1**. Aracaju- Sergipe, 23 de abr 2024. Disponível em: <https://fanf1.com.br/2024/04/23/moradores-da-invasao-maria-do-carmo-protestam-por-construcao-de-casas-populares-em-sao-cristovao/>>. Acesso em: 29 de junho de 2024.

F5 News. PM cumpre reintegração de posse em São Cristóvão (SE). **F5 News**. Sergipe, 07 dez. 2017. Disponível em: <https://www.f5news.com.br/cotidiano/pm-cumpre-reintegracao-de-posse-em-sao-cristovao-se_43237/>. Acesso em: 27 de fevereiro de 2024.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil**: um ensaio de interpretação sociológica. 5.ed. São Paulo: Globo,2006.

GONÇALVES, Renata. Quando a questão racial é o nó da questão social. **Revista Katálysis**. Florianópolis, v.21, n.3, p.514-522, set-dez 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/JGPd8LQgf3yWcxfRRWwjtFN/>. Acesso em 22 de julho de 2024.

G1 SERGIPE. **Censo 2022**. Mulheres são maioria da população de Sergipe. Disponível em: <https://g1.globo.com/se/sergipe/noticia/2023/10/27/censo-2022-mulheres-sao-maioria-da-populacao-de-sergipe-veja-indice-por-cidade.ghtml>. Acesso em: 27 de fevereiro de 2024.

G1 SERGIPE. Polícia cumpre reintegração de posse em Nossa Senhora do Socorro. **G1SE** Sergipe, 22 jan. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/se/sergipe/noticia/policia-cumpre-reintegracao-de-posse-em-nossa-senhora-do-socorro.ghtml>>. Acesso em: 27 de fevereiro de 2024.

G1 SERGIPE. Menino monta ‘casinha’ em meio aos restos de reintegração de posse. **G1 SE**. Sergipe, 20 nov. 2014. Disponível em: <<https://g1.globo.com/se/sergipe/noticia/2014/11/menino-monta-casinha-em-meio-aos-restos-de-reintegracao-de-posse.html>>. Acesso em: 29 de fevereiro de 2024.

G1 SERGIPE. Mais de 200 famílias resistem e reintegração de posse é suspensa. **G1 SE**. Disponível em: <https://g1.globo.com/se/sergipe/noticia/2013/09/mais-de-200-familias-de-se-resistem-e-reintegracao-de-posse-e-suspensa.html>. >. Acesso em: 29 de fevereiro de 2024



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

G1 SERGIPE. Reintegração de posse é cumprida em favor de movimento social em São Cristóvão. **G1 SE**. Sergipe, 28 ago. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/se/sergipe/noticia/2020/08/28/reintegracao-de-posse-e-cumprida-em-favor-de-movimento-social-em-sao-cristovao.ghtml>. Acesso em: 29 de fevereiro de 2024

G1 SERGIPE. Reintegração de posse é iniciada em Nossa Senhora do Socorro, em SE. **G1 SE**. Sergipe, 12 jul. 2013. Disponível em: <https://g1.globo.com/se/sergipe/noticia/2013/07/reintegracao-de-posse-e-iniciada-em-nossa-senhora-do-socorro-em-se.html>. Acesso em: 29 de fevereiro de 2024.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. Tradução: Jeferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

IAMAMOTO, M. A questão social no capitalismo. In: **Revista Temporalis**, nº3, ABEPSS, Brasília, 2001.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de Indicadores Sociais**. Uma análise das condições de vida da população brasileira. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101760.pdf>. Acesso em 26 de julho de 2024.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades e Estados**. 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/se.html>. Acesso em: 20 de julho de 2024.

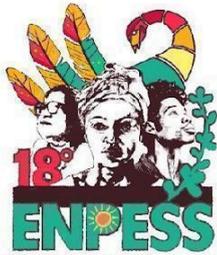
INFONET. Justiça concede reintegração de posse às Famílias do Povoado Cabrita. **INFONET**. Sergipe, 28 ago. 2020. Disponível em: <https://infonet.com.br/noticias/cidade/justica-concede-reintegracao-de-posse-as-familias-do-povoado-cabrita/>. Acesso em: 21 de fevereiro de 2024.

INFONET. Após ordem de despejo, famílias fazem protesto em ponte de Socorro. **INFONET**. Sergipe, 27 jan. 2020. Disponível em: <https://infonet.com.br/noticias/cidade/apos-ordem-de-despejo-familias-fazem-protesto-em-ponte-de-socorro/>. Acesso em: 21 de fevereiro de 2024.

INFONET. PM cumpre reintegração de posse em lotes em Socorro. **INFONET**. Sergipe, 12 set. 2017. Disponível em: <https://infonet.com.br/noticias/cidade/pm-cumpre-reintegracao-de-posse-em-lotes-em-socorro-2/>. Acesso em: 19 de fevereiro de 2024.

INFONET. Acampados do Merém ocupam Incra/SE para buscar reforma agrária. **INFONET**. Aracaju, 21 mar. 2019. Disponível em: <https://infonet.com.br/noticias/cidade/acampados-do-merem-ocupam-incra-se-para-buscar-reforma-agraria/>. Acesso em: 29 de fevereiro de 2024.

INFONET. PM cumpre reintegração de posse na Barra dos Coqueiros. **INFONET**. Sergipe, 23 jan. 2018. Disponível em: <https://infonet.com.br/noticias/cidade/pm-cumpre-reintegracao-de-posse-na-barra-dos-coqueiros/>. Acesso em: 27 de fevereiro de 2024.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

INFONET. Famílias que ocupam Incra buscam respostas sobre Fazenda Merém.
INFONET. Sergipe, 10 dez. 2018. Disponível em:
<<https://infonet.com.br/noticias/cidade/familias-que-ocuparam-incra-buscam-respostas-sobre-fazenda-merem/>>. Acesso em: 27 de fevereiro de 2024.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade.** Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2021.

MARICATO, Erminia. **Para entender a crise urbana.** 1ª ed - São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARX, K. **O Capital.** Crítica da economia política. Livro 1, v.1, tomo 1. Tradução de Regis Barbosa e Flávio Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1996. Lixo, buracos e lama causam transtornos em povoado de São Cristóvão. G1 SE. Sergipe, 12 abr. 2019. Disponível em:
<<https://g1.globo.com/se/sergipe/noticia/2019/04/12/moradores-da-estrada-da-cabrita-reclamam-de-abandono-na-regiao.ghtml>>. Acesso em: 29 de fevereiro de 2024.

NASCIMENTO, M. S. do. **Conflitos Socioambientais e Questão Habitacional no Município de Aracaju.** Relatório final PIBIC. (Departamento de Serviço Social) - Centro de Ciência Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Sergipe. 2021.

NUNES, C. A da S. **“Questão ambiental” e “Questão social”:** uma contribuição à crítica ao debate ideopolítico sobre a “pobreza” da natureza e a “natureza” da pobreza. São Paulo: Editora Dialética, 2022.

ROLNIK, Raquel. Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. Boitempo Editorial, 2015.

SANTOS JÚNIOR, O.A. dos; DINIZ, T.M R. de G.; SAULE JÚNIOR, N. **Dossiê do desmonte da política urbana nos governos Temer e Bolsonaro e seus impactos sobre as cidades:** violações de direitos humanos e os riscos de construção de cidades intolerantes, excludentes, injustas e antidemocráticas. Rio de Janeiro, IPPUR, 2020. Disponível em:
<https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/wp-content/uploads/2020/02/Dossi%C3%AA-FNRU-2020-Final.pdf>. Acesso em 20 de julho de 2024.

SANTOS, J. S. **“Questão Social”:** particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.

SANTOS, J. S. ; SILVA, E. M DA; SILVA, M. Racismo ambiental e desigualdades estruturais no contexto da crise do capital. **Temporalis**, Brasília, ano 22, n.43, jan./jun.2022, p.158-173.

SERGIPE. Observatório de Sergipe. **Nota técnica-Défict habitacional.** Sergipe. 2022. Disponível em:
<https://docs.observatorio.se.gov.br/wl/?id=wkcZ1wxYTDe5ahmJuKDq15XazbAEch2>
V. Acesso em: 20 de novembro de 2023.